



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>02.001</b>	<b>1.424.235.718,71</b>	<b>1.924.275.746,53</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
<b>Contribuições</b>		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>4.745.408,87</b>	<b>4.088.274,98</b>
Venda de Mercadorias		3.234,28	300,00
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		4.742.174,59	4.087.974,98
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>23.846,85</b>	<b>269.688,26</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		13.936,93	2.152,08
Variações Monetárias e Cambiais		9.909,92	267.536,18
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>1.380.577.327,31</b>	<b>1.319.118.543,33</b>
Transferências Intragovernamentais		1.370.114.367,17	1.315.263.473,66
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		10.462.960,14	3.855.069,67
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>34.524.317,24</b>	<b>599.525.626,58</b>
Reavaliação de Ativos		28.885.767,54	185.060.993,75
Ganhos com Alienação		-	70.698,63
Ganhos com Incorporação de Ativos		4.584.334,64	359.628.075,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.054.215,06	54.765.858,86
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>4.364.818,44</b>	<b>1.273.613,38</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



EXERCÍCIO 2017	PERÍODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 01/11/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		2.917.001,25	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.447.817,19	1.273.613,38
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>02.001</b>	<b>1.426.127.548,20</b>	<b>1.502.755.253,30</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>631.194.036,41</b>	<b>596.328.217,29</b>
Remuneração a Pessoal		505.498.381,01	478.763.262,63
Encargos Patronais		91.986.570,70	83.405.336,80
Benefícios a Pessoal		33.709.084,70	34.142.318,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	17.299,11
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>372.776.574,80</b>	<b>383.990.498,78</b>
Aposentadorias e Reformas		279.064.334,36	286.151.096,88
Pensões		92.991.982,22	97.265.501,27
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		720.258,22	573.900,63
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>159.530.547,77</b>	<b>138.592.105,64</b>
Uso de Material de Consumo		14.645.779,06	4.164.334,60
Serviços		132.633.032,36	133.970.918,09
Depreciação, Amortização e Exaustão		12.251.736,35	456.852,95
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>5.199,93</b>	<b>13.435,00</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		5.199,93	9.978,07
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	3.456,93
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>171.525.330,75</b>	<b>158.122.612,02</b>
Transferências Intragovernamentais		169.106.617,33	157.592.399,81
Transferências Intergovernamentais		-	28.841,45
Transferências a Instituições Privadas		16.090,20	18.050,20
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.402.623,22	483.320,56
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>56.925.567,84</b>	<b>196.260.608,26</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		31.451.179,86	29.789.987,62
Perdas com Alienação		92.255,30	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		102.300,44	4.000.516,85
Desincorporação de Ativos		25.279.832,24	162.470.103,79



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 01/11/2017	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2017	2016
<b>Tributárias</b>		<b>2.630.188,35</b>	<b>2.259.354,84</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		12.422,37	15.247,93
Contribuições		2.617.765,98	2.244.106,91
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>31.540.102,35</b>	<b>27.188.421,47</b>
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		31.537.574,49	27.180.689,91
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		2.527,86	7.731,56
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>02.001</b>	<b>-1.891.829,49</b>	<b>421.520.493,23</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO TERCEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO 01/11/2017	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

**NOTAS EXPLICATIVAS**

02.001 - Nota Explicativa - DVP - Terceiro Trimestre de 2017 - Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais do terceiro trimestre de 2017:



## **1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF) e V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

## **2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo



---

### Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

---

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### (e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### (f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

#### (g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### (h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

#### (i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.



---

## Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

---

### (j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### (k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

### (l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

### (m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

#### (m.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### (m.2) Resultado orçamentário



---

## Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

---

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### (m.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

## Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/09/2017 foi deficitário em R\$ 1.891.829,49.

A Seguir são detalhadas os itens mais relevantes da DVP:

### 3. Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências Intragovernamentais Recebidas são as Variações Patrimoniais Aumentativas mais representativas, sendo responsável por 96,2 % do total das Variações Aumentativas acumuladas nos três primeiros trimestres de 2017. Essas Variações Aumentativas são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros oriundos do Ministério da Educação (MEC) para pagamento de Despesas do Exercício e Exercícios Anteriores. Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de outros órgãos para pagamento de compromissos relacionados à Termos de Execução Descentralizada (TED). O volume de recebimentos de recursos decorrentes de TED é maior no Hospital Universitário e na Maternidade Escola. O reconhecimento destas VPA's provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta limite de saque.

### 4. Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

A movimentação das Contas deste Grupo nos três primeiros trimestres de 2017 foi 94,24% inferior à movimentação no mesmo período do ano anterior. A significativa redução das Variações Patrimoniais





---

## Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017

---

deste grupo é decorrente de registros realizados no primeiro semestre de 2016 que não se repetiram em 2017. As movimentações que ocorreram em 2016 foram motivadas principalmente pelos registros contábeis dos efeitos da realização de inventário/reavaliação na UG 153045.

Os processos de reavaliação e registro, citados anteriormente, provocaram alterações nas contas do imobilizado – Balanço Patrimonial.

### 5. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Nos três primeiros trimestres de 2017 este grupo de Variações Patrimoniais apresentou acréscimo de 242,71 % quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Isso ocorreu em função do registro da reversão de Ajustes Para Perdas de Créditos a Receber, registrados no processo de adequação das Provisões Para Perdas com Valores a Receber, com destaque para a reversão da provisão para perdas associada aos valores a receber de créditos apurados em Tomada de Contas Especial (TCE), conforme já mencionado na Nota Explicativa do Balanço Patrimonial (Ajustes de Exercícios Anteriores), houve o desconhecimento dos ativos dessa natureza, consequentemente, foi feita a reversão do ajuste para perdas associado ao ativo. O valor do ajuste para perdas que havia sido constituído representava o total do valor baixado do ativo (2.380.286,27). A contrapartida desses registros é a redução do valor das provisões para perdas (reduzoras do Ativo).

### 6. Remuneração a Pessoal

As variações patrimoniais deste grupo representam 44,32% do total de Variações Diminutivas registradas nos três primeiros trimestres de 2017. São registrados nesse grupo de contas os valores de despesas com a Folha de Pagamento de Pessoal Ativo. Os valores deste grupo apresentaram um pequeno acréscimo (5,85%) quando comparamos os três primeiros trimestres de 2017 com o mesmo período de 2016

### 7. Aposentadorias e Reformas

As variações patrimoniais deste grupo representam 19,59% do total de Variações Diminutivas registradas nos três primeiros trimestres de 2017. São registrados nesse grupo de contas os valores de despesas com a Folha de Pagamento de Pessoal Inativo. Os valores deste grupo apresentaram uma pequena redução (2,48%) quando comparamos os três primeiros trimestres de 2017 com o mesmo período de 2016

### 8. Uso de Material de Consumo

Este grupo de Variações Patrimoniais Diminutivas apresentou valores 251,7 % maiores nos três primeiros trimestres de 2017 quando comparado ao mesmo período de 2016. Isso ocorreu porque em 2016 as Unidades Gestoras do Hospital Universitário e da Maternidade Escola, por problemas no Sistema de Controle de Almoxarifado, não conseguiram registrar o consumo de material estocado. Já em 2017 o registro deste tipo de variação patrimonial voltou a ser feito nas Unidades Gestoras, principalmente na Maternidade Escolha, que registrou 42,04% do total de consumo de material. A contrapartida desta Variação Diminutiva é a redução dos valores de estoques no Ativo Circulante.

### 9. Depreciação, Amortização e Exaustão

As variações patrimoniais diminutivas decorrentes do registro de depreciação do ativo imobilizado apresentaram valores 2.581,77% maiores, quando comparamos os três primeiros trimestres de 2017 ao mesmo período de 2016. Não foi possível, no início de 2016, gerar no sistema de Gestão Patrimonial o relatório com os valores de depreciação que dão suporte aos registros no SIAFI. Os valores de depreciação registrados no início de 2016 foram em sua quase totalidade referentes à depreciação dos bens imóveis. A contrapartida desta conta de Variação Patrimonial Diminutiva é a conta de Depreciação Acumulada (reduzora do Ativo Imobilizado). Cabe ressaltar que a depreciação de bens móveis durante o terceiro trimestre de 2017, só foi registrada até o mês de julho/2017, por conta da transição de Sistemas de Controle Patrimonial. O novo sistema adotado ainda está passando por ajustes para que seja possível gerar o relatório que dá suporte ao registro da depreciação.



---

**Notas Explicativas do 3º trimestre de 2017**

---

**10. Outras Transferências e Delegações Concedidas**

As contas do grupo outras transferências e delegações concedidas apresentaram valores 397,11 % maiores no acumulado dos dois três primeiros trimestres de 2017, quando comparado ao mesmo período de 2016. Isso ocorreu principalmente em função de uma maior movimentação de transferências de bens do ativo circulante (estoques) e do ativo imobilizado entre as Unidades Gestoras do Hospital Universitário e da Maternidade Escola.